

Pressões deformam perfil do Orçamento da União

Brasília — Jamil Bittar

Brasília — Gilberto Alves

Chico Mendonça

BRASÍLIA — *Lobbies* em profusão, vícios de prática política e falta de estrutura do Congresso Nacional para exercer seus novos poderes fazem do Orçamento da União — espinha dorsal da administração federal, que relaciona todas as despesas, investimentos e receitas — uma peça cheia de defeitos. Empresas e setores do próprio governo começam a disputa pelos recursos, antes mesmo que as propostas orçamentárias de cada unidade das administrações direta e indireta cheguem à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério do Planejamento, responsável pela sistematização dos dados, análise dos números e preparação do Orçamento da União a ser enviado para a aprovação do Legislativo.

“Os recursos são alocados segundo o poder de pressão dos *lobbies* regionais, de setores do próprio governo e dos diversos segmentos da economia, como as empreiteiras”, afirma o titular da SOF, Pedro Parente. Esses grupos de pressão concentram seus esforços exatamente quando cada órgão, empresa e ministério da administração federal está preparando sua proposta de orçamento para o ano seguinte. O problema começa aí, diz Parente. Os recursos disponíveis acabam tão pulverizados que a capacidade dos investimentos governamentais para dinamizar a economia fica significativamente reduzida.

Jumbinho — Uma dotação que viabilizaria a construção, por exemplo, de duas estradas acaba distribuída por dezenas de projetos. “Em lugar da atividade-fim, o dinheiro só dá para cobrir os gastos com a implantação de vários canteiros de obras”, exemplifica o secretário. Além disso, a multiplicação de novas obras cria o mesmo número de demandas para o orçamento do ano seguinte. Exemplo claro, cita Parente, foi o *Jumbinho* — pedido de créditos adicionais de NCz\$ 2,2 bilhões para o Ministério dos Transportes, aprovado recentemente pelo Congresso —, que permitiu o início de mais de cem obras, todas dotadas de recur-

sos ínfimos. Por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que orientou a elaboração do orçamento de 1990, os investimentos do governo no ano que vem devem priorizar projetos em andamento em detrimento dos novos. O pouco dinheiro destinado às novas estradas do *Jumbinho* garantirá a elas o *status* de projeto em andamento, criando mais pressão sobre um orçamento considerado o mais magro dos últimos anos.

Pedidos de crédito adicionais foram a grande dor de cabeça de Parente durante todo o ano. O Congresso rejeitou no ano passado a indexação do orçamento de 1989, o que obrigou o governo a produzir freneticamente projetos para atualizar o valor nominal das dotações orçamentárias. Os técnicos da SOF perderam tanto tempo com essa atividade, conta Parente, que não puderam analisar no mérito as propostas orçamentárias enviadas pelas unidades das administrações direta e indireta para 1990. O critério para inclusão ou rejeição de projetos foi apenas o de caixa. O próximo governo terá, pelo menos, a tranquilidade de trabalhar com um orçamento indexado.

Comissão — O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), tornou-se nos últimos meses um dos parlamentares mais ausentes do plenário. Em casa, já é chamado de “obcecado”. O culpado por essa deterioração de imagem atende pelo nome de Orçamento da União de 1990. Para um trabalho tão complexo de análise, faltou de tudo na comissão — funcionários e assessoria técnica próprios, espaço e computadores. Somente na última sexta-feira, depois de votado o orçamento, a comissão conseguiu seu primeiro terminal.

A dramática situação foi relatada pelo deputado em circular, editada duas vezes, às mesas da Câmara e do Senado, aos líderes partidários e a todos os parlamentares. Depois disso, Cid Carvalho quase perdeu o plenário e salas numa disputa recente,



José Carlos Alves: novo modelo parecido com o norte-americano

com a Comissão de Economia, por espaço físico. “Pelo menos a Câmara este ano nos mandou café, leite, sanduiche e biscoitos”, ironiza o deputado. Para garantir o funcionamento administrativo da comissão, Carvalho deslocou funcionários de seu próprio gabinete.

Mas os problemas do deputado não terminaram aí. “A comissão ainda padece de seu antigo vício de exercer um papel meramente carimbativo, como fez durante os anos de regime militar”, observa. O critério político ainda tem predominância na indicação dos relatores setoriais, responsáveis pelos pareceres sobre os orçamentos de cada setor das administrações direta e indireta, em detrimento do requisito técnico. A consequência imediata é que parte significativa desses pareceres foram redigidos por técnicos dos órgãos, ministérios e empresas



Pedro Parente: a alocação de recursos é feita sob pressão

enfocados, numa clara ingerência nos trabalhos do Legislativo.

Para forçar uma nova postura política do Congresso a respeito da comissão de Orçamento, Carvalho já anunciou que, tão logo o Legislativo volte a se reunir, nomeará uma comissão para preparar um anteprojeto de reestruturação. Depois de votado pela comissão, o projeto irá então para o plenário. O diretor da assessoria da comissão, economista José Carlos Alves Santos, já fez um desenho do que será a nova estrutura, bem próxima do modelo norte-americano. Um corpo de, no mínimo, cem técnicos de alta qualificação, muito bem remunerados, dará suporte às decisões dos deputados e senadores, em lugar dos 30 com que contam hoje, deslocados da Câmara e do Senado, nenhum com especialização orçamentária.